



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 0433298/2016-SEP/MA/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.300193/2016-17

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de assinatura bianual, celebrada entre a União, por meio da Diretoria Técnico-Científica da PF, e a Editora PINI, das revistas abaixo relacionadas:

1.1.1. Construção e Mercado;

1.1.2. Técnica; e

2. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As assinaturas contratadas compreendem:

2.1.1. Vinte e quatro (24) edições da revista Construção e Mercado;

2.1.2. Vinte e quatro (24) edições da revista Técnica;

2.2. Ao todo, serão quarenta e oito (48) volumes, ao longo de um período de vinte e quatro (24) meses, iniciando-se com as edições do mês de contratação.

2.3. As revistas deverão ser encaminhadas por via postal à Diretoria Técnica-Científica, situada à SAIS Quadra 07, lote 23, Setor Policial Sul, CEP 70610-200, Brasília/DF.

2.4. Junto ao endereçamento dos pacotes, deverá constar a identificação: “Aos cuidados do Serviço de Perícias de Engenharia e Meio Ambiente – SEP/MA/DPER/INC/DITEC”.

2.5. As revistas deverão começar a ser entregues em no máximo trinta (30) dias a contar da publicação do extrato do contrato em Diário Oficial da União.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1. Dentre as competências do Serviço de Perícias de Engenharia e Meio Ambiente, contida nas alíneas do artigo 95 da IN nº 13/2005 – DG/DPF, está:

V – propor a realização de cursos, (...), bem como propor o treinamento, a atualização e especialização profissional em sua área de atuação;

3.2. A revista Técnica presta-se muito bem para contribuir com esse objetivo, pois se trata da publicação nacional mais importante na área tecnológica de construção civil, contemplando novas tecnologias e sistemas construtivos. Ali também são anunciados os principais seminários e cursos na área de construção civil, o que permitirá a este serviço estar sempre atualizado sobre sua ocorrência, possibilitando a participação de Peritos Criminais Federais ali.

3.3. Por sua vez, compete também a esse Serviço de Perícias:

VIII – prestar apoio técnico, científico e administrativo nas perícias relacionadas

a sua área de atuação (...).

3.4. Um dos vestígios mais importantes a serem processados nas perícias de engenharia é o mercado de construção à época e localidade. A revista Construção e Mercado consolida e publica mensalmente uma ampla e difundida pesquisa de mercado, que, em caráter suplementar às pesquisas oficiais já utilizadas nas perícias de engenharia, poderá instruir perícias dos peritos lotados neste serviço e também nas unidades descentralizadas, mediante os modelos de projetos e referências de custos de obras públicas ali apresentadas.

3.5. Por fim, como compete a este Serviço:

X – especificar e propor a aquisição de produtos e serviços necessários para desempenhar suas atividades;

3.6. Propomos, então, a aquisição destas assinaturas. Sua aquisição, por meio de inexigibilidade de licitação, justifica-se por serem estas publicações as únicas disponíveis no mercado que reúnem, com abrangências nacional, informações consolidadas no mercado de construção civil. Tais publicações são largamente utilizadas com fonte de referência de preços por empresas e profissionais da construção civil.

4. JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

4.1. A contratação direta de periódicos por meio de inexigibilidade de licitação preenche uma das hipóteses do art. 25 da Lei de Licitações, contanto que se respeite alguns procedimentos e condições, delineados neste documento. Transcrevo a seguir o artigo 25 da citada lei:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro de comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

4.2. O projeto básico, segundo conceito da alínea IX do art. 6º da Lei de Licitações, é o “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço (...)”. Trata-se, evidentemente, de um conceito desenvolvido para obras de construção civil ou de engenharia em geral. No entanto, por paralelismo, transpõe-se este conceito para demais objetos a serem licitados. No caso da contratação direta de assinatura de periódicos, o projeto básico conterá a especificação do objeto e da quantidade a ser adquirida.

4.3. Para a determinação do preço pela assinatura, dever-se-á utilizar o contido em proposta comercial da empresa, assinada pelo sócio ou representante legal, e devidamente anexada ao processo. No caso de assinatura pelo representante legal, deve ser enviada cópia autenticada de sua procuração.

4.4. Ali também devem estar indicadas as razões pelas quais foi escolhido o periódico proposto. Seria preciso, em tese, apreciar alternativas eventualmente existentes no mercado, apreciando a que melhor atende aos interesses dos servidores que o utilizarão, devendo assim constar dos autos justificativa sobre os elementos que singularizam o periódico.

4.5. No entanto, no caso de periódicos técnicos, tais análises tornam-se vazias, de acordo com orientações de Clayton Ribeiro de Souza¹:

No caso de periódicos técnicos, ou seja, aqueles que trazem como conteúdo informações ou dados sobre determinado campo do conhecimento humano, qualificado por certa sistematização e aplicabilidade prática, a assinatura poderá decorrer de inexigibilidade de licitação. Não há dúvida de que no

mercado, em regra, existem diversas publicações técnicas, no entanto, é fato que cada uma delas tem características próprias que as diferenciam uma das outras, por exemplo, o seu corpo de colaboradores.

Logo, ficaria inviável uma licitação para escolha de quais periódicos deveriam ser assinados. A definição dos parâmetros de conteúdo seria inviável, pois não se poderia exigir que o periódico a ser escolhido adotasse essa ou aquela linha editorial (...) [Grifos nossos].

4.6. Adicionalmente, a esse respeito, citamos Celso Antônio Bandeira de Mello².

“só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja”.

4.7. Por fim, ante a usual inexistência do contrato, deve-se, no projeto básico, providenciar instrumento substitutivo, prevendo ali as condições de pagamento e de entrega dos periódicos, bem como eventuais sanções por atraso, tanto do pagamento quanto da entrega do material adquirido.

4.8. Justificativa do preço a ser pago (mediante a apresentação, por parte da empresa contratada, de cópias de contratos atuais de assinatura dos periódicos de maneira a revelar a razoabilidade do preço por ela sugerido).

4.9. Quando não há competição possível, ou seja, quando há um único fornecedor na praça para o periódico em questão, a licitação é inexigível, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93. No entanto, isso precisa ser comprovado no processo de contratação. Para tanto, a Lei exige a apresentação de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

¹ SOUZA, Clayton Ribeiro de, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE PERIÓDICO TÉCNICO. Revista Virtual da AGU. Ano VII nº 68, de setembro de 2007.

² In TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PARACER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. Ref. Processo Licitatório nº 011/2009. Recife, 20 de fevereiro de 2008.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada obriga-se a remeter, mensalmente e pelo período de vinte e quatro (24) meses, as edições correntes das revistas *Téchne*, construção e Mercado e Infraestrutura Urbana a esta Diretoria Técnico-Científica, nas condições estabelecidas no item 2.

5.2. A contratada obriga-se a garantir a integridade do bem a ser adquirido. Publicações danificadas ou extraviadas devem ser repostas ao contratante.

6. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

6.1. A Administração se obriga a efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

6.2. Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar o serviço em tela.

7. VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO

7.1. O preço das publicações objeto deste projeto em tela é de R\$ 2.835,00 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais) sendo fixo e irreajustável. As despesas no presente exercício correrão à conta dos recursos consignados à Diretoria Técnica-Científica, no Orçamento-Geral da União, para o orçamento de 2016.

8. PAGAMENTO

8.1. Após a publicação do contrato e recebimento dos exemplares do primeiro mês da vigência, a Contratada protocolará na DITEC/PF nota fiscal/fatura discriminativa, em duas (2) vias, e, após a devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento desta, a ser processado no prazo máximo de trinta (30) dias, mediante ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/93, combinado com art. 73, inciso II, do mesmo diploma legal.

8.2. A nota fiscal, entregue em duas (2) vias, deverá apresentar discriminadamente os serviços aos quais se refere.

8.2.1. A DITEC/PF não se responsabiliza pelas notas fiscais não protocoladas pela Área de Protocolos e Arquivos – ARPROA/SELOG/DITEC, localizada no prédio do Instituto Nacional de Criminalística – INC/DITEC/PF.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta na execução dos serviços.

8.4. Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio de documentação anexada à fatura relativa aos incisos III e IV, art. 29 da Lei nº 8.666/93.

8.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância impeditiva da liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

8.6. Em cumprimento ao disposto no art. 64 da Lei nº 9.430/96, a Contratante, reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

8.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (0,5 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

8.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente,

que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às sanções previstas nas legislações específicas, podendo a Contratante, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

9.1.2. Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o trigésimo (30º) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

9.1.3. Multa de 0,4% (zero virgula quatro por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o trigésimo (30º) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

9.1.4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação incidente no caso de inexecução total;

9.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (2) anos;

9.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior

9.2. No caso de atraso na execução do objeto ou inexecução das obrigações por parte da Contratada superior a noventa (90) dias, poderá a Contratante rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

9.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

9.4. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela Contratada, por escrito, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis e aceito pela Contratante.

9.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a Contratada deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

9.6. A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez (10) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

10. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE PROJETO BÁSICO

10.1. O presente projeto básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância e aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à contratação do objeto pretendido.

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARRETTO

Agente Administrativo

De acordo.

Em ____/____/____

ACIR DE OLIVEIRA JÚNIOR

Chefe do SEPEMA/DPER/INC/DITEC/PF

Aprovo o PROJETO BÁSICO e a realização da despesa para contratação de assinatura pelo período de dois (2) anos das revistas Técnica e Construção e Mercado.

Em ____/____/____

JOSÉ JAIR WERMANN

Diretor Técnico-Científico/PF



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DA SILVA BARRETTO, Agente Administrativo**, em 13/10/2016, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ACIR DE OLIVEIRA JUNIOR, Chefe de Serviço**, em 17/10/2016, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 17/10/2016, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0433298** e o código CRC **92D568FB**.